

- Acta número um do Ano dois mil e vinte e um.
- Aos cinco dias do mês de Setembro do Ano dois mil e vinte e um, realizou-se nas instalações do Centro de Dia da Casa do Povo de Manique do Intendente, a Assembleia geral Ordinária, pelas quinze horas.

Não havendo número suficiente de associados, aguardamos trinta minutos para dar início à Ordem de Trabalhos da Convocatória, na qual consta:

- Ponto 1: Apresentação e discussão e votação das Contas Gerência do Ano dois mil e vinte, e o correspondente Parecer do Conselho Fiscal.
- Ponto 2: Balanço do Mandato 2017-2021.
- Ponto 3: Agendamento de eleições para os Grupos Sociais da Casa do Povo de Manique do Intendente para o próximo quadriénio.
- O Presidente da Assembleia, Senhor Manuel Camilo deu início a esta reunião dando as boas vindas aos presentes.

- Antes de abordarmos os pontos definidos na Ordem de trabalhos, procedeu-se à leitura da acta número um de dezeto de Outubro dois mil e vinte, tendo a mesma sido submetida a votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Dando início aos pontos de Ordem de Trabalhos, procedeu-se à leitura do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, previamente elaborado a vinte e dois de Agosto de dois mil e vinte e um, no qual consta o parecer favorável daquele Grupo Social, constituído por

Fernando Tomás Rodrigues (Presidente) e Alberto Luís Tavares Marcelino (1.º Secretário). Estes elementos fazem saber que no mesmo documento aprovaram simultaneamente o Orçamento, o plano de actividades para o Ano 2021 e as Contas de gestão do Ano dois mil e vinte.

Devido às condicionantes da Pandemia Covid19, a direcção informou que o orçamento e plano de actividades dois mil e vinte e um já tinham sido previamente aprovados no passado mês de Março dois mil e vinte e um, mas só agora nos foi possível apresentá-los em Assembleia.

Relativamente ao ponto numero um, procedeu-se à apresentação das Contas de gestão dois mil e vinte, tendo sido feita uma análise comparativa entre os Anos dois mil e dezanove e dois mil e vinte, na perspectiva de perceber a evolução positiva da situação financeira desta IPSS, e tendo em conta que o Ano dois mil e vinte foi atípico e no qual deixamos de ter certas fontes de rendimento tais como eventos, tasquinhas etc.

Findada a apresentação das contas, realçou-se a estabilidade na grande maioria das rubricas, destacando-se no resultado do exercício a passagem de um valor negativo no passivo de -7179,38 em dois mil e dezanove, para um resultado líquido positivo de 15762,08 em dois mil e vinte.

Este resultado só foi possível ao trabalho desenvolvido ao longo destes quatro Anos de mandato. De seguida foram as contas de gestão

2020 postas a votação, as quais foram aprovadas por unanimidade.

- E ainda no contexto desta apresentação passámos ao ponto número dois, no qual se fez uma retrospectiva global deste quadriénio. Deu-se destaque à dívida encontrada em início de mandato (Abril 2017), fazendo saber que a dívida externa (fornecedores e outros prestadores de serviços se encontra totalmente saldada desde Dezembro dois mil e vinte, mas em contrapartida a dívida interna para com os colaboradores se encontra em fase de regularização, estando neste momento em atraso três subsídios (férias e Natal dois mil e vinte e férias dois mil e vinte um).

- Os associados abordaram a questão do Pavilhão Polidesportivo relativamente ao seu funcionamento actual e anterior, sabendo que este equipamento se encontra sob a gestão completa da Casa do Povo de Panique do Intendente, sem influência de particulares como sucedeu no passado. Informámos que o mesmo se encontra em pleno funcionamento, tendo em conta as restrições ainda em vigor. Ficaram algumas ideias para o futuro, no que a actividades diz respeito.

- Em relação ao Centro de Dia, e conforme se tinha informado na Assembleia anterior, procedemos à reorganização dos serviços, tendo sido extinto o posto de trabalho na se-

-retaria. Com este propósito informámos os presentes que a funcionária SANDRA C. O. Vitor já não faz parte do quadro de Pessoal desta CASA do Povo desde o dia dezoito de Fevereiro, dois mil e vinte um. Esta supressão de posto de trabalho teve consequências e custos associados, dado que a ex-funcionária apresentou acção de impugnação à decisão de despedimento em tribunal. A decisão foi favorável para esta instituição, dando razão à nossa pretensão, ficando assegurados na totalidade todos os direitos da ex-funcionária.

De seguida informamos que e ainda em feito de balanço, reforçámos a importância que os eventos promovidos ao longo destes quatro anos tiveram, não só ao que a angariação de fundos diz respeito, assim como à aproximação da comunidade à CASA do Povo. A par do investimento pessoal destes Organismos sociais e funcionários foram estabelecidas várias parcerias com várias entidades.

O Presidente da mesa da Assembleia deu ênfase a este envolvimento entre órgãos sociais, funcionários e parceiros institucionais como tendo sido a chave para esta recuperação financeira, prestado de credibilidade, que se tinham vindo a degradar-se com o tempo.

Concluído o segundo ponto passámos de imediato ao agendamento da próxima Assembleia para as eleições, assunto previsto no ponto três da Ordem de trabalhos. Posto este ponto a discussão,

e tendem sido sugeridas algumas datas, ficou assim decidido por unanimidade, que irão ser levadas a cabo no próximo dia três de Outubro dois mil e vinte e um, em horário a definir.

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião de Assembleia Geral Ordinária por volta das dez e meia horas e trinta minutos, em virtude de não haver mais assuntos para tratar. Lavrando de seguida esta acta, a qual vai ser assinada.

O Presidente da mesa de Assembleia Geral
Manuel Camil Figueiredo
